



## DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD

PROCESSO Nº 01416.000290/2022-96

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	SGL/GTI/CIS
Nome do Projeto:	Aquisição de Licenças para Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga
Fonte de Recursos:	Recursos consignados do Orçamento Geral da União para o exercício de 2020.
Responsável pela Demanda:	Bruno Schneider
SIAPÉ:	1549667
E-mail:	bruno.schneider@ancine.gov.br
Telefone:	21 3544-9819

## 2. INDICAÇÃO DO INTEGRANTE REQUISITANTE

Integrante Requisitante:	Bernardo Borges do Nascimento
SIAPÉ:	1047100
E-mail:	bernardo.nascimento@ancine.gov.br
Telefone:	21 3037-6447

## 3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Id	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO REQUISITANTE	Id	NECESSIDADES ELENCADAS NO PDTI
1	Implementar a Transformação Digital da ANCINE	FAE_G5	Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos
2	Aprimorar a governança de dados e segurança da informação	FAE_G5	Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos

## 4. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA:

4.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de licenças para a Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga, em produção no ambiente tecnológico da ANCINE, contemplando garantia para os equipamentos, atualização de novas versões do software, upgrade e suporte técnico especializado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. A Solução encontra-se operacional na Agência desde 2017, sendo atualmente imprescindível para a garantia da segurança do ambiente computacional. A Solução atualmente realiza a proteção do Sistema Ancine Digital, SALIC, hotspots e dos DNS primário e secundários, dentre outros sistemas e serviços, contra ataques cibernéticos oriundos da Internet.

4.3. O período de suporte da Solução, composta por dois equipamentos, assim como o direito de uso e atualização de versão, expira em agosto de 2022. Portanto, faz-se necessário, promover a renovação da sua licença.

4.4. Esta aquisição visam a satisfazer às ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) FAE\_G5.

4.5. Diante desses fatos, a atualização das licenças da Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga é de suma importância para a segurança do ambiente computacional da ANCINE e, por consequência, para serviços prestados pela Agência.

4.6. Ressalta-se que a contratação encontra-se classificada como de prioridade alta no PAC 2022, especificamente no item 21 do documento.

## 5. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

5.1. Garantia de suporte dos equipamentos e atualização dos softwares compostos na Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga.

## 6. ENCAMINHAMENTOS:

6.1. Em conformidade com o art. 10, da Instrução Normativa nº 01, de 04 de Abril de 2019, emitida pela Secretaria de Governo Digital, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, encaminha-se para providências:

- à Gerência de Tecnologia da Informação: para avaliação do alinhamento da contratação ao PDTI;
- à Secretaria de Gestão Interna: para decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

6.2. A identificação dos integrantes técnico e administrativo deve ser efetuada neste documento, nas seções 7 e 8, respectivamente.

6.3. Ressalta-se que serão utilizados recursos consignados do Orçamento Geral da União para o exercício de 2020.

## 7. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

Gerente de Tecnologia da Informação:	Bruno Schneider
SIAPÉ:	1549667
Integrante Técnico:	André Luiz Nery de Sá
SIAPÉ:	1438594
E-mail:	andre.sa@ancine.gov.br
Telefone:	21 3037-6424

## 8. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA ADMINISTRATIVA:

Secretário de Gestão Interna:	Eduardo Fonseca do Moraes
-------------------------------	---------------------------

SIAPÉ:	1905218
Integrante Administrativo:	Emerson Cordeiro Ferreira
SIAPÉ:	1336124
E-mail:	emerson.ferreira@ancine.gov.br
Telefone:	21 3037-6362

**9. CIÊNCIA DOS INTEGRANTES DA EPC**

9.1. Ciente quanto à designação supra, bem como das atribuições dela decorrentes, nos termos do art. 10, §3º da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

9.1.1. Bernardo Borges do Nascimento - Integrante Requisitante

9.1.2. André Luiz Nery de Sá - Integrante Técnico;

9.1.3. Emerson Cordeiro Ferreira- Integrante Administrativo.

**Aprovação**

Aprovo o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e às necessidades da Área Requisitante.

Desta forma, institui-se a Equipe de Planejamento da Contratação conforme exposto no art. 10, §2º, inciso III, da Instrução Normativa ME/SGD nº 01, de 04 de abril de 2019, com os integrantes indicados nas seções 2, 7 e 8.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Analista Administrativo**, em 06/06/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Schneider, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 06/06/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Fonseca de Moraes, Secretário de Gestão Interna**, em 06/06/2022, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Borges Do Nascimento, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 06/06/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2213735** e o código CRC **DABB9297**.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - TI

PROCESSO Nº 01416.000290/2022-96

### 1. OBJETO

1.1. Trata-se de estudo técnico preliminar para contratação de aquisição de licenças para Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga, seguindo o disposto no art. 9º, II, Instrução Normativa SGD nº 1, de 04 de abril de 2019.

1.2. Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital, conforme art. 3º, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

1.3. O objeto consiste de licenças para equipamentos com softwares embarcados, que operam de modo integralmente dependentes entre si, e que têm por finalidade apoiar os processos de negócio da ANCINE no que tange a proteção de sistemas de serviços de TIC. Trata-se, portanto, de uma Solução de TIC. Desse modo, objeto enquadra-se no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SGD/SEGD/ME nº 1, de 04 de abril de 2019, assim como na Lei nº 8.248, de 1991, em seu artigo 16-A, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação.

### 2. NORMATIVOS

2.1. A contratação dos serviços deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:

2.1.1. Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

2.1.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.1.4. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.5. Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

2.1.6. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que dispõe sobre “Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.”;

2.1.7. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;

2.1.8. Instrução Normativa 1/2019-SGD/ME;

2.1.9. Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018;

2.1.10. Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018;

2.1.11. Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020.

### 3. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. O processo nº 01416.000206/2020-72 refere-se a contratação anterior, realizada em 2020, cujo objeto foi Aquisição de Licenças para Solução de Balanceamento de Carga e Proteção de Aplicações.

#### **4. ACESSO À INFORMAÇÃO**

4.1. Não há nenhuma informação restrita ou sigilosa nos autos.

#### **5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

5.1. O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano de Transformação Digital da Ancine e o link é o <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/ptd-plano-de-transformacao-digital-da-ancine-2021-2022> ;

5.2. O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2022 da ANCINE, como "Implementar a Transformação Digital da ANCINE" e "Aprimorar a governança de dados e segurança da informação". A respectiva necessidade elencada no PDTIC é a de código FAE\_G5 - "Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos" - Link do PDTIC [https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/PDTIC\\_ANCINE\\_2021\\_2022v11.pdf](https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/PDTIC_ANCINE_2021_2022v11.pdf).

5.3. Destaca-se que a presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD) da Ancine, cujo detalhamento pode ser consultado na seção 6 do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (2021-2022) da Ancine, assim como encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2022, especificamente no item 21 do documento.

5.4. A presente contratação não se encontra no Catálogo de Soluções de TIC, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia ([Catálogo de Soluções de TI](#));

5.5. O objeto encontra-se registrado no ETP-Digital, sob a UASG 203003 e número 09/2022.

#### **6. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Ao longo dos últimos anos, a Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga tem sido capaz de mitigar diversos ataques cibernéticos contra o ambiente computacional da ANCINE. A Solução proporciona melhor análise de todo o tráfego de dados entrante no ambiente de TI da Agência, verificando quais requisições são legítimas e quais são tentativas de explorar a fragilidade de serviços e sistemas corporativos. Além, disso foi possível prover maior robustez ao serviço DNS, maior proteção a sites corporativo da Agência, assim como o provimento do balanceamento de carga de serviços de TIC.

6.2. Atualmente a Solução realiza a proteção do Sistema Ancine Digital, SALIC, hotspots e dos DNS primário e secundários, dentre outros sistemas e serviços, contra ataques cibernéticos oriundos da Internet.

6.3. No mês de agosto de 2022 as licenças que garantem a atualização e suporte técnico da Solução irão expirar. Assim, visando a continuidade da proteção do ambiente computacional, faz-se necessário a aquisição das licenças da Solução supracitada, de modo que a Ancine possa permanecer com premissa de otimizar e promover a segurança da informação.

#### **7. REQUISITOS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

7.1. Os requisitos compreendem:

7.1.1. Licenças de uso da Solução, que consistem no direito de atualização de softwares e firmwares;

7.1.2. Garantia de manutenção ou troca dos equipamentos em caso de defeitos ou mal funcionamento de hardware;

7.1.3. Suporte técnico especializado do fabricante para registro e solução de incidentes relativos ao funcionamento da solução.

7.2. Devem ser seguidos os critérios e práticas de sustentabilidade especificadas no item 17.

7.3. A solução escolhida é utilizada, com variações técnicas, em outros órgãos da Administração Pública.

7.4. Seguindo o cronograma financeiro, o pagamento será realizado em pagamento único.

7.5. Não há necessidade de transferência de tecnologia da contratada para a CONTRATANTE.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

8.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1. Como resultados esperados, pode-se citar:

9.1.1. Continuidade de proteção das aplicações e serviços da ANCINE;

9.1.2. Continuidade de proteção contra ataques distribuídos (DDOS);

9.1.3. Continuidade de proteção contra invasões e comprometimento de aplicação corporativas;

9.1.4. Otimização de aplicações corporativas.

## **10. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA**

10.1. Para a elaboração desse processo, foi considerada a IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse contexto, prospectou-se, inicialmente, contratações semelhantes no Painel de Preços do Governo e em outros entes da Administração Pública. Na sequência, prospectou-se dados de pesquisas publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos. Por fim, realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores;

10.2. Ressalta-se que foi observada a IN SGD/SEGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, em especial as diretrizes do Anexo I da referida Instrução Normativa, que aborda a contratação de licenciamento de software e serviços agregados. Do mesmo modo, foi observada a Lei nº 8.248, de 1991, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação;

10.3. Informa-se que a Solução de TIC pretendida não está presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pelo SISP.

## **11. ESTIMATIVA DA DEMANDA**

11.1. Será necessária apenas uma única aquisição de licenças para atender as necessidades elencadas nesta contratação.

## **12. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

12.1. Conforme apontado no item 10, a estimativa de preços adotou as orientações da IN nº 73 no que tange a pesquisa de preços, sendo que as cotações encontram-se no Relatório Comparativo de Pesquisa de Preços (2367337).

## **13. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

13.1. Trata-se de aquisição de licenças com direito a garantia da Solução e suporte técnico especializado do fabricante. A comercialização de licença para esse tipo de solução se dá por pagamento único.

## **14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE**

14.1. O ambiente tecnológico está apto a receber as licenças, sem que haja necessidade de adequações.

## **15. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES**

15.1. A DISPONIBILIDADE DE SOLUÇÃO SIMILAR EM OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: embora a solução similar esteja implantada em outros órgão da administração pública, o licenciamento depende especificamente do modelo da solução, da quantidade, dos anos de uso e das *features* utilizadas. Desse modo, configura-se de difícil existência uma solução com todas as características idênticas àquelas utilizada na ANCINE. As contratações com características mais próxima ao objeto em tela são as apresentadas nos editais de licitação do Ministério do Meio Ambiente

(Pregão Eletrônico nº 12/2021) e da Procuradoria Geral do Trabalho (Pregão Eletrônico nº30/2020). Contudo, ambas as contratações são para períodos distintos de direito de uso, garantia e suporte, além de possuírem característica ligeiramente diferentes ao objeto pretendido por esta contratação.

15.2. AS ALTERNATIVAS DO MERCADO: o que se pretende é a aquisição somente de licenças e suporte para a solução já em operação desde 2017, e já otimizada para o ambiente da ANCINE. Soluções alternativas requereriam investimento na aquisição de novo hardware, projeto de implementação, testes funcionais, capacitação de pessoal, além de meses de ajustes para que a nova solução conseguisse proteger de modo eficiente e eficaz os sistemas e serviços da Agência.

15.3. A EXISTÊNCIA DE SOFTWARES DISPONÍVEIS CONFORME DESCRITO NA PORTARIA STI/MP Nº 46, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016: a licença em tela é exclusiva para a Solução em uso na ANCINE, não existindo software substituto.

15.4. AS POLÍTICAS, OS MODELOS E OS PADRÕES DE GOVERNO, A EXEMPLO DOS PADRÕES DE INTEROPERABILIDADE DE GOVERNO ELETRÔNICO - EPING, MODELO DE ACESSIBILIDADE EM GOVERNO ELETRÔNICO - EMAG, PADRÕES WEB EM GOVERNO ELETRÔNICO - EPWG, INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL E MODELO DE REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS - E-ARQ BRASIL: não se aplica

15.5. AS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Como se trata apenas de aquisição de licenças, não há necessidade de adequação do ambiente computacional da ANCINE.

15.6. OS DIFERENTES MODELOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: não se aplica por tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente, sem possibilidade de aquisição de item diferente ao pretendido.

15.7. OS DIFERENTES TIPOS DE SOLUÇÕES EM TERMOS DE ESPECIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO OU CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS INTEGRANTES: não se aplica por tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente, sem possibilidade de aquisição de item diferente ao pretendido.

15.8. A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO NA FORMA DE BENS OU CONTRATAÇÃO COMO SERVIÇO: tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente.

15.9. A AMPLIAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA: conforme esclarecido no item 15.2, a Solução já em operação na ANCINE desde 2017, e já está otimizada para a proteção do ambiente da ANCINE. O que se pretende nesta contratação é apenas a licença de uso da Solução e suporte, sem necessidade de ampliação ou substituição.

## **16. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS**

16.1. COMPARAÇÃO DE CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TOTAL COST OWNERSHIP - TCO) POR MEIO DA OBTENÇÃO DOS CUSTOS INERENTES AO CICLO DE VIDA DOS BENS E SERVIÇOS DE CADA SOLUÇÃO, A EXEMPLO DOS VALORES DE AQUISIÇÃO DOS ATIVOS, INSUMOS, GARANTIA, MANUTENÇÃO: de acordo com histórico da aquisição de equipamentos da solução adotada atualmente, observou-se que:

16.1.1. A Solução foi adquirida em 2017, com 36 (trinta e seis) meses com garantia e suporte, conforme processo 01416.007744/2016-10, pelo valor de R\$ 840.000,00.

16.1.2. Em 2020 foi realizada a aquisição das licenças para renovar o direito de uso e de suporte, pelo período de 24 meses, pelo valor de R\$ 515.000,00, conforme processo 01416.000206/2020-72.

16.2. Observa-se que, uma vez que a Solução ainda atende as necessidades da ANCINE e que a ela encontra-se dentro do ciclo de vida do hardware, torna-se vantajoso aquisição de licenças para aproveitar o investimento realizado em 2017.

16.3. Ressalta-se que o período de garantia e suporte a ser contratado será de 24 (vinte e quatro) meses. Justifica-se esse limite pelo fato de a Solução encontrar-se no final do ciclo de vida do produto. Desse modo, o fabricante limita o suporte para o modelo utilizado pela Ancine a, no máximo, 24 meses.

## **17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

17.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição, tais como:

- 17.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- 17.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 17.1.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 17.1.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

## 18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. A referida contratação é viável tendo em vista:
  - 18.1.1. O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado;
  - 18.1.2. A certificação orçamentária (a ser providenciada);
  - 18.1.3. A pesquisa de mercado;
  - 18.1.4. Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;
  - 18.1.5. Tratar-se de contratação específica, necessária para propiciar segurança ao ambiente computacional da Ancine.

## 19. DURAÇÃO DO CONTRATO

- 19.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses
- 19.2. Justificam-se os prazos citados pelo fato de se tratar de uma solução estruturante para as operações da Ancine, imprescindíveis para garantir a proteção do ambiente computacional da Agência.

## 20. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 20.1. Os fiscais técnicos responsáveis pelo contrato serão:
  - 20.1.1. Fiscal técnico - André Luiz Nery de Sá - SIAPE 1438594.
  - 20.1.2. Fiscal técnico substituto- Bernardo Borges do Nascimento - SIAPE 1047100



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Analista Administrativo**, em 06/06/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Schneider, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 06/06/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Cordeiro Ferreira, Integrante de Equipe de Planejamento**, em 06/06/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2213736** e o código CRC **CA67D9E7**.



# Estudo Técnico Preliminar - 9/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01416.000290/2022-96

## 2. Objeto

2.1 Trata-se de estudo técnico preliminar para contratação de aquisição de licenças para Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga, seguindo o disposto no art. 9º, II, Instrução Normativa SGD nº 1, de 04 de abril de 2019.

2.2 Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital, conforme art. 3º, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

2.3 O objeto consiste de licenças para equipamentos com softwares embarcados, que operam de modo integralmente dependentes entre si, e que têm por finalidade apoiar os processos de negócio da ANCINE no que tange a proteção de sistemas de serviços de TIC. Trata-se, portanto, de uma Solução de TIC. Desse modo, objeto enquadra-se no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SGD/SEG/ME nº 1, de 04 de abril de 2019, assim como na Lei nº 8.248, de 1991, em seu artigo 16-A, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação.

## 3. Normativos

3.1 A contratação dos serviços deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:

3.1.1 Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.1.2 Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

3.1.3 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.4 Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.1.5 Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

3.1.6 Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que dispõe sobre “Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.”;

3.1.7 Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;

3.1.8 Instrução Normativa 1/2019-SGD/ME;

3.1.9 Portaria MPDG nº 443, de 27 dezembro de 2018;

3.1.10 Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018;

3.1.11 Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020.



## 4. Contratação Anterior

4.1 O processo nº 01416.000206/2020-72 refere-se a contratação anterior, realizada em 2020, cujo objeto foi Aquisição de Licenças para Solução de Balanceamento de Carga e Proteção de Aplicações.

## 5. Plano de Desenvolvimento Institucional

5.1 O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano de Transformação Digital da Ancine e o link é o <https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outras-documentos/ptd-plano-de-transformacao-digital-da-ancine-2021-2022> ;

5.2 O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2022 da ANCINE, como "Implementar a Transformação Digital da ANCINE" e "Aprimorar a governança de dados e segurança da informação". A respectiva necessidade elencada no PDTIC é a de código FAE\_G5 - "Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos" - Link do PDTIC [https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outras-documentos/PDTIC\\_ANCINE\\_2021\\_2022v11.pdf](https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outras-documentos/PDTIC_ANCINE_2021_2022v11.pdf).

5.3 Destaca-se que a presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD) da Ancine, cujo detalhamento pode ser consultado na seção 6 do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (2021-2022) da Ancine, assim como encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2022, especificamente no item 21 do documento.

5.4 A presente contratação não se encontra no Catálogo de Soluções de TIC, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (Catálogo de Soluções de TI);

## 6. Descrição da necessidade

6.1 Ao longo dos últimos três anos, a Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga foi capaz de mitigar diversos ataques ao ambiente computacional da ANCINE. A Solução proporcionou melhor análise de todo o tráfego de dados entrante no ambiente de TI da Agência, verificando quais requisições eram legítimas e quais eram tentativas de explorar a fragilidade de serviços e sistemas corporativos. Além, disso foi possível prover maior robustez ao serviço DNS, maior proteção aos sítios corporativos da Ancine, além de ser possível realizar o balanceamento de carga de serviços de TI.

6.2 Com a aproximação do final do prazo de garantia e suporte, faz-se necessário adquirir novas licenças que assegurem a atualização e a garantia da Solução, de modo que a ANCINE possa permanecer com premissa de otimizar e promover a segurança da informação.

## 7. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CIS/GTI	Bernardo Borges do Nascimento

## 8. Necessidades de Negócio

8.1 Informação constante no item 6

## 9. Necessidades Tecnológicas

9.1 Informação constante no item 6

## 10. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

10.1 Não há outros requisitos necessário e suficientes além dos elencados no presente documento.

## 11. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

11.1 Trata-se de aquisição de licenças no quantitativo suficiente para prover a continuidade de operação da Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga. Será necessária apenas uma única aquisição de licenças para atender as necessidades elencadas nesta contratação, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Part Numbers Associados	Nível de Suporte
01	Licenças para 02(dois) appliances F5 BIG-IP 2200s	F5-SVC-BIG-STD-L1-3.1	BIG-IP Support: STANDARD LEVEL 1-3

## 12. Requisitos para Atendimento

12.1 Os requisitos compreendem:

12.1.2 Licenças de uso da Solução, que consistem no direito de atualização de softwares e firmwares;

12.1.3 Garantia de manutenção ou troca dos equipamentos em caso de defeitos ou mal funcionamento de hardware;

12.1.4 Suporte técnico especializado do fabricante para registro e solução de incidentes relativos ao funcionamento da solução.

12.1.5 Devem ser seguidos os critérios e práticas de sustentabilidade especificadas no item 17.

12.1.6 A solução escolhida é utilizada, com variações técnicas, em outros órgãos da Administração Pública.

12.1.7 Seguindo o cronograma financeiro, o pagamento será realizado em pagamento único.

12.1.8 Não há necessidade de transferência de tecnologia da contratada para a CONTRATANTE.

## 13. Classificação dos Serviços

13.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

13.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 14. Levantamento de soluções

14.1 Para a elaboração desse processo, foi considerada a IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse contexto, prospectou-se, inicialmente, contratações semelhantes no Painel de Preços do Governo e em outros entes da Administração Pública. Na sequência, prospectou-se dados de pesquisas publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos. Por fim, realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores;

14.2 Ressalta-se que foi observada a IN SGD/SEGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, em especial as diretrizes do Anexo I da referida Instrução Normativa, que aborda a contratação de licenciamento de software e serviços agregados. Do mesmo modo, foi observada a Lei nº 8.248, de 1991, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação;

14.3 Informa-se que a Solução de TIC pretendida não está presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pelo SISP.

## 15. Análise comparativa de soluções

15.1 A DISPONIBILIDADE DE SOLUÇÃO SIMILAR EM OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: embora a solução similar esteja implantada em outros órgão da administração pública, o licenciamento depende especificamente do modelo da solução, da quantidade, dos anos de uso e das *features* utilizadas. Desse modo, configura-se de difícil existência uma solução com todas as características idênticas àquelas utilizada na ANCINE. As contratações com características mais próxima ao objeto em tela são as apresentadas nos editais de licitação do Ministério do Meio Ambiente (Pregão Eletrônico nº 12/2021) e da Procuradoria Geral do Trabalho (Pregão Eletrônico nº30/2020). Contudo, ambas as contratações são para períodos distintos de direito de uso, garantia e suporte, além de possuírem característica ligeiramente diferentes ao objeto pretendido por esta contratação.

15.2 AS ALTERNATIVAS DO MERCADO: o que se pretende é a aquisição somente de licenças e suporte para a solução já em operação desde 2017, e já otimizada para o ambiente da ANCINE. Soluções alternativas requereriam investimento na aquisição de novo hardware, projeto de implementação, testes funcionais, capacitação de pessoal, além de meses de ajustes para que a nova solução conseguisse proteger de modo eficiente e eficaz os sistemas e serviços da Agência.

15.3 A EXISTÊNCIA DE SOFTWARES DISPONÍVEIS CONFORME DESCRITO NA PORTARIA STI/MP Nº 46, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016: a licença em tela é exclusiva para a Solução em uso na ANCINE, não existindo software substituto.

15.4 AS POLÍTICAS, OS MODELOS E OS PADRÕES DE GOVERNO, A EXEMPLO DOS PADRÕES DE INTEROPERABILIDADE DE GOVERNO ELETRÔNICO - EPING, MODELO DE ACESSIBILIDADE EM GOVERNO ELETRÔNICO - EMAG, PADRÕES WEB EM GOVERNO ELETRÔNICO - EPWG, INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL E MODELO DE REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS - E-ARQ BRASIL: não se aplica

15.5 AS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Como se trata apenas de aquisição de licenças, não há necessidade de adequação do ambiente computacional da ANCINE.

15.6 OS DIFERENTES MODELOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: não se aplica por tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente, sem possibilidade de aquisição de item diferente ao pretendido.

15.7 OS DIFERENTES TIPOS DE SOLUÇÕES EM TERMOS DE ESPECIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO OU CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS INTEGRANTES: não se aplica por tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente, sem possibilidade de aquisição de item diferente ao pretendido.

15.8 A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO NA FORMA DE BENS OU CONTRATAÇÃO COMO SERVIÇO: tratar-se de aquisição de licenças específica para a Solução existente.

15.9 A AMPLIAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA: conforme esclarecido no item 15.2, a Solução já em operação na ANCINE desde 2017, e já está otimizada para a proteção do ambiente da ANCINE. O que se pretende nesta contratação é apenas a licença de uso da Solução e suporte, sem necessidade de ampliação ou substituição.

## 16. Registro de soluções consideradas inviáveis

16.1 Informações disponíveis no item 15.

## 17. Análise comparativa de custos (TCO)

17.1 COMPARAÇÃO DE CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TOTAL COST OWNERSHIP - TCO) POR MEIO DA OBTENÇÃO DOS CUSTOS INERENTES AO CICLO DE VIDA DOS BENS E SERVIÇOS DE CADA SOLUÇÃO, A EXEMPLO DOS VALORES DE AQUISIÇÃO DOS ATIVOS, INSUMOS, GARANTIA, MANUTENÇÃO: de acordo com histórico da aquisição de equipamentos da solução adotada atualmente, observou-se que:

17.2 A Solução foi adquirida em 2017, com 36 (trinta e seis) meses com garantia e suporte, conforme processo 01416.007744/2016-10, pelo valor de R\$ 840.000,00.

17.3 Em 2020 foi realizada a aquisição das licenças para renovar o direito de uso e de suporte, pelo período de 24 meses, pelo valor de R\$ 515.000,00, conforme processo 01416.000206/2020-72.

17.4 Observa-se que, uma vez que a Solução ainda atende as necessidades da ANCINE e que a ela encontra-se dentro do ciclo de vida do hardware, torna-se vantajoso aquisição de licenças para aproveitar o investimento realizado em 2017.

17.5 Ressalta-se que o período de garantia e suporte a ser contratado será de 24 (vinte e quatro) meses. Justifica-se esse limite pelo fato de a Solução encontrar-se no final do ciclo de vida do produto. Desse modo, o fabricante limita o suporte para o modelo utilizado pela Ancine a, no máximo, 24 meses.

## 18. Descrição da solução de TIC a ser contratada

18.1 Trata-se de licenças para a Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga, utilizada pela Agência Nacional do Cinema, contemplando a garantia dos equipamentos, atualização de novas versões de software e suporte técnico especializado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

## 19. Estimativa de custo total da contratação

**Valor (R\$):** 393.903,43

19.1 A estimativa de preços adotou as orientações da IN nº 73 no que tange a pesquisa de preços, sendo que as cotações encontram-se no Relatório Comparativo de Pesquisa de Preços

## 20. Justificativa técnica da escolha da solução

20.1 A atualização das licenças da Solução de Firewall de Aplicação e Balanceamento de Carga é de suma importância para a segurança do ambiente computacional da ANCINE e, por consequência, para serviços prestados pela Agência. Atualmente a Solução realiza a proteção do Sistema Ancine Digital, SALIC, hotsites e dos DNS primário e secundários, dentre outros sistemas e serviços, contra ataques cibernéticos oriundos da Internet.

## 21. Justificativa econômica da escolha da solução

21.1 Com a contratação das licenças para a Solução em tela, será possível aproveitar os equipamentos pertencentes à Ancine, que ainda estão dentro do ciclo de vida do produto, de acordo com o fabricante. Desde modo, haverá economia, uma vez que somente as licenças serão adquiridas, preservando-se o investimento realizado com a compra dos equipamentos em 2017.

## 22. Justificativa para o parcelamento

22.1 Trata-se de aquisição de licenças com direito a garantia da Solução e suporte técnico especializado do fabricante. A comercialização de licença para esse tipo de solução se dá por pagamento único.

## 23. Critérios de Sustentabilidade

23.1 A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição, tais como:

23.1.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

23.1.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

23.1.3 Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

23.1.4 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

## 24. Duração do Contrato

24.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses

24.2 Justificam-se os prazos citados pelo fato de se tratar de uma solução estruturante para as operações da Ancine, imprescindíveis para garantir a proteção do ambiente computacional da Agência.

## 25. Adequação do Ambiente

25.1 O ambiente tecnológico está apto a receber as licenças, sem que haja necessidade de adequações.

## 26. Benefícios a serem alcançados com a contratação

26.1 Como resultados esperados, pode-se citar:

26.1.1 Continuidade de proteção das aplicações e serviços da ANCINE;

26.1.2 Continuidade de proteção contra ataques distribuídos (DDOS);

26.1.3 Continuidade de proteção contra invasões e comprometimento de aplicação corporativas;

26.1.4 Otimização de aplicações corporativas.

## 27. Providências a serem Adotadas

27.1 Não são necessárias providências adicionais para a contratação em tela, além das já definidas no âmbito administrativo e tecnológico.

## 28. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 28.1. Justificativa da Viabilidade

28.1 A referida contratação é viável tendo em vista:

28.1.1 O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado;

28.1.2 A certificação orçamentária (a ser providenciada);

28.1.3 A pesquisa de mercado;

28.1.4 Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;

28.1.5 Tratar-se de contratação específica, necessária para propiciar segurança ao ambiente computacional da Ancine.

## **29. Responsáveis**

ANDRE LUIZ NERY DE SA

Analista Administrativo



## MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE	
( X )	Planejamento da Contratação
( )	Seleção do Fornecedor
( )	Gestão do Contrato

RISCO 01		
1. Não aprovação do processo de contratação		
<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa      ( ) Média      ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo      ( ) Médio      (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Paralisação do processo de contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Planejamento minucioso da contratação, instruindo os autos com todos os documentos exigidos pela IN SGD nº 01/2019.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Adequar o objeto conforme recomendação da autoridade competente, de modo a viabilizar a aprovação.	Equipe de Planejamento da Contratação.



<b>RISCO 02</b>		
<b>2- Ausência de Recursos Orçamentários</b>		
<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa      ( ) Média      ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo      ( ) Médio      (X) Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Paralisação do Processo de Contratação	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Verificação prévia da fonte de recursos financeiros junto à GFO.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Adequar a contratação ao limite de orçamento disponível, caso possível.	Equipe de Planejamento da Contratação

<b>RISCO 03</b>		
<b>3- Parecer jurídico desfavorável à contratação</b>		
<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa      ( ) Média      ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo      ( ) Médio      (X) Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Atraso na contratação	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Observância dos corretos procedimentos para instrução processual e da legislação que rege a matéria.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>

1.	Analisar os fundamentos e a motivação expostos pela PFE e, se possível, sanar os vícios apontados.	Equipe de Planejamento da Contratação
----	--	---------------------------------------

RISCO 04		
4 - Ausência de servidores envolvidos na contratação		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Descontinuidade da contratação	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Análise de período de férias, licenças e afastamentos previstos	Coordenador de cada área
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Indicação de substituto	Coordenador de cada área

FASE DE ANÁLISE
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação
<input checked="" type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor
<input type="checkbox"/> Gestão do Contrato

RISCO 04		
<b>4- Impugnação ao Edital</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Atraso da contratação.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Atendimento integral ao Parecer Jurídico, caso possível; Observância da competitividade e isonomia do processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Analisar as razões da impugnação com a maior brevidade possível, fornecendo todos os subsídios necessários à decisão do Pregoeiro.	Pregoeiro/Comissão de Licitação e Equipe de Planejamento.

RISCO 05		
<b>5- Recursos ao Resultado da Licitação</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Atraso da Contratação	

<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Comunicar de forma clara, todas as decisões; Seguir critérios únicos e objetivos para situações similares.	Pregoeiro/ Comissão de Licitação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Decisão dentro do prazo legal.	Pregoeiro/ Comissão de Licitação/Autoridade Competente

<b>RISCO 06</b>		
<b>6- Não manutenção da proposta pela licitante vencedora</b>		
<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa      ( ) Média      ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa      (X) Média      ( ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
<b>1.</b>	Frustração /Atraso da Contratação	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Validação da Proposta antes da Adjudicação; Contratar dentro do prazo de validade da proposta.	Pregoeiro/Comissão de Licitação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Voltar fase e convocação dos demais licitantes.	Pregoeiro/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.

<b>RISCO 07</b>		
<b>7- Não homologação do certame pela Autoridade Competente</b>		

<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1.	Retardamento da Contratação		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Observância plena das disposições contidas no instrumento convocatório; Tratamento isonômico aos licitantes.	Pregoeiro/Comissão de Licitação	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Realizar novo procedimento, sem vícios.	Pregoeiro/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.	

<b>RISCO 08</b>			
<b>8- Interpelação judicial ou na esfera controladora.</b>			
<b>Probabilidade:</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1.	Retardamento da Contratação.		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Observância plena das disposições contidas no instrumento convocatório; Tratamento isonômico aos licitantes.	Pregoeiro/Comissão de Licitação	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	

1.	Fornecer subsídios à Procuradoria Federal o mais rápido possível, atendendo a todas as solicitações do referido órgão jurídico.	Pregoeiro/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.
----	---	--

<b>FASE DE ANÁLISE</b>
( ) Planejamento da Contratação
( ) Seleção do Fornecedor
( x ) Gestão do Contrato

<b>RISCO 09</b>		
<b>9. Inadimplência relativa (mora) da contratada na execução do objeto</b>		
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa      (X) Média      ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo      (X) Médio      ( ) Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Falha na execução do contrato e incremento de riscos ao ambiente de TI da Agência.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Observância plena dos arts. 29 e 30 da IN SGD nº 01/2019 e do Anexo VIII-A da IN nº 05/2017;	Equipe de Fiscalização do Contrato
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Aplicar sanções, aumentando gradualmente a gravidade destas.	Equipe de Fiscalização do Contrato

<b>RISCO 10</b>		
<b>10- Inadimplência absoluta da contratada na execução do objeto</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="radio"/> Baixa <input checked="" type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="radio"/> Baixo <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Rescisão do contrato e paralisação da execução contratual, com possíveis prejuízos ao ambiente tecnológico e, por conseguinte, à própria atividade finalística da Agência.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Observância plena dos arts. 29 e 30 da IN SGD nº 01/2019 e do Anexo VIII-A da IN nº 05/2017.	Equipe de Fiscalização do Contrato
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Rescindir o contrato e aplicar sanções. Possível convocação de remanescente. Possível contratação Emergencial	Coordenação de Licitação e Contratos/ Coordenação de Gestão de Contratos

<b>RISCO 11</b>		
<b>11- Não manutenção das condições de habilitação (irregularidade fiscal, trabalhista, processo de falência, etc)</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="radio"/> Baixa <input checked="" type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="radio"/> Baixo <input type="radio"/> Médio <input checked="" type="radio"/> Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	



1.	Rescisão do contrato e paralisação da execução contratual, com incremento de riscos à manutenção.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Observância plena dos arts. 29 e 30 da IN SGD nº 01/2019 e do Anexo VIII-A da IN nº 05/2017.	Equipe de Fiscalização do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rescindir o contrato e aplicar sanções. Possível convocação de remanescente. Possível contratação Emergencial.	Coordenação de Licitação e Contratos/ Coordenação de Gestão de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Nery De Sá, Analista Administrativo**, em 06/06/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Schneider, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 06/06/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Cordeiro Ferreira, Integrante de Equipe de Planejamento**, em 06/06/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2213737** e o código CRC **0CF681E7**.